

Conferência de Imprensa

Proposta de Dissolução e Liquidação da Sociedade Odivelas Viva – Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A. e de Aprovação do Plano de Internalização da sua Atividade no Município de Odivelas e Nomeação do Liquidatário

Este ponto, apresentado e aprovado em reunião da Câmara Municipal de Odivelas (CMO) realizada em 21 de Fevereiro, está ligado a um assunto que tem gerado acentuada polémica entre as diversas forças políticas representadas naquele órgão.

Se existem assuntos em que se verifica uma certa convergência de pontos de vista, o caso da PPP não é seguramente um deles. A CDU sempre se pronunciou contra tal parceria, enquanto que PS e PSD a aprovaram e lhe deram sequência.

É certo que nesta reunião se deliberou a extinção dessa parceria, com a consequente internalização de serviços, extinção essa ditada pela intervenção coerciva da IGF, sem a qual, tudo nos leva a crer, não chegaríamos a esta situação.

E afirmamos isto porque, no início do mandato anterior, ao questionarmos a então Presidente da CMO, Dra. Susana Amador, nos foi peremptoriamente respondido que não estava no horizonte da maioria de então promover, nesse sentido, qualquer renegociação. Dizia então a Sra. Presidente da altura que, neste ponto, nunca iríamos convergir. O tempo, contudo, encarregou-se de provar que outras realidades se impõem e que, na vida como na política, muitas coisas se podem alterar.

Convém portanto recordar aqui e agora os principais motivos que nos levaram a opor-nos com determinação à formação da PPP que conduziu à criação da Odivelas Viva.

Como demonstraremos, não é possível discutir e deliberar em consciência sobre tal matéria, sem visitar o historial da PPP.

Para a compreensão do processo, devem ser analisados principalmente três aspetos:

- O **primeiro**, relativo ao lançamento do concurso para encontrar o parceiro privado com o qual a CMO formou a Odivelas Viva;
- O **segundo**, ligado à adjudicação do Pavilhão Multiusos e da Escola dos Apréstimos e à sua manutenção;
- O **terceiro**, que aborda o modo como a CMO assumiu responsabilidades na carta de conforto que então apresentou à instituição financeira, bem como das rendas que assumiu, visando pagar integralmente todo o equipamento e a própria manutenção do mesmo.

Numa parceria, a repartição de riscos deve ser clara e transparente. E, com toda a sinceridade, nunca conseguimos vislumbrar qual a parcela de risco que o parceiro privado assumiu.

No referido concurso, um só concorrente se apresentou, com duas propostas. Tratou-se do consórcio liderado pela MRG. Deste modo, os decisores da CMO ficaram sem propostas

comparativas, o que, do ponto de vista da gestão, deveria sempre levantar, no mínimo, sérias preocupações.

O que se pôde verificar, comparando as estimativas dos técnicos municipais para aqueles dois equipamentos com os valores apresentados pelo único concorrente, foi um diferencial absurdamente mais elevado a favor do concorrente, o que deveria levar a uma ponderação mais responsável da Câmara Municipal antes de tomar a decisão que tomou.

Vem inteiramente a propósito, hoje, visitar esses números:

Escola dos Apréstimos

Valores estimados pelos técnicos municipais:

- Construção..... 2 186 028 €
- Espaços exteriores..... 829 282 €
- TOTAL..... 3 015 130 €

Valores de adjudicação ao Grupo MRG

- Construção..... 3 968 854 €
- Espaços exteriores..... 2 389 615 €
- TOTAL 6 358 469 €

Diferencial na construção : 1 782 826 €

Diferencial nos espaços exteriores: 1 560 333 €

Diferencial total: 3 343 154 €

Sublinhe-se o seguinte: a escola foi adjudicada por um valor 2,1 vezes superior ao estimado pelos técnicos e os espaços exteriores foram adjudicados por cerca de três vezes mais o valor estimado, superando o seu custo o valor previsto pelos técnicos para a sua construção

Pavilhão Multiusos

- Valor estimado pelo Gab. de arquitetura (ano 2000): 4 720 128 €
- Valor estimado pelos técnicos municipais : 7 479 509 €

Supomos que, não existindo novas alterações, o valor estimado pelos técnicos teve em conta a atualização de preços no mercado.

Finalmente:

- Valor de adjudicação ao Grupo MRG: 12 009 777 €

Diferencial total: 4 530 268 €

Note-se ainda que a aprovação da proposta B do concorrente, que era uma versão reduzida da proposta A, ficou mais dispendiosa do que o estimado para esta última. Trocaram-se estacionamentos em pisos -1 e -2 por estacionamentos em espaços exteriores, o que, racionalmente, deveria conduzir a uma diminuição de custos de construção.

O valor da adjudicação ao Grupo MRG foi 1,6 vezes superior ao estimado.

Fazendo um balanço aos dois equipamentos, pode constatar-se que existe um valor superior ao estimado pelos técnicos de praticamente 8 milhões de euros. É um valor notável que não pode passar despercebido!

A Consultora BDO não deixou de chamar a atenção para a discrepância em causa e, no seu relatório, vem afirmar:

“(...) em ambas as propostas o investimento em construção é muito superior ao estimado pela CMO (...) caso o valor estimado seja razoável e comparável, significa que o concorrente está a garantir a sua margem de lucro através do valor estimado (...) na construção, dado que na exploração a margem é mínima!” fim de citação.

Numa Assembleia Municipal Extraordinária, no mandato passado, afirmámos, e voltamos a fazê-lo agora, que a sensação que dava a quem estivesse atento, era a de que, por mais concretos e diversos que fossem os alertas dados, nada faria parar a vontade de avançar com a PPP.

Os dados apontavam a um investimento nulo do grupo privado. Tendo em conta o plano de pagamentos mensal da Odivelas Viva, no final dos doze meses, a construtora teria nos seus cofres o valor de 18,3 M €. Daqui se inferia que, de facto, e tendo em conta o empolamento de preços, o Grupo MRG não deveria numa futura renegociação ser credor de qualquer indemnização. O empolamento de preços chega e sobeja para contemplar eventuais omissões ou erros de projeto bem como alguns eventuais trabalhos adicionais.

Foi nestes pressupostos que apontámos a necessidade absoluta de renegociação da PPP, a qual, desde o início, tínhamos identificado como um negócio ruinoso para o Município.

Importa ainda lembrar a questão do chamado “comparador público”. No caso do Pavilhão, dadas as suas características, parece ser difícil encontrá-lo, restando como eventual solução uma busca por outros equipamentos similares existentes no País.

Contudo, no caso da escola dos Apréstimos, um possível “comparador público” estava aqui bem perto, aliás executado também pelo Grupo MRG no âmbito do QREN. Trata-se da escola EB1/JI do Porto Pinheiro, adjudicada por 2,5 M€. De notar que, segundo informação que nos foi prestada, esta escola não teve quaisquer trabalhos adicionais e foi entregue “*de chave na mão*”.

As respostas que nos foram sendo dadas afirmavam a não comparabilidade dos projetos. Nomeadamente, destacavam-se as movimentações de terras, a execução de muros de suporte e os sistemas de AVACS não contemplados no projeto inicial. Supõe-se, desta feita, que os trabalhos referentes a essas três componentes estão devidamente contemplados no valor de adjudicação da escola pelo valor de 6,3M€.

Como entender agora novos adicionais que, em grande medida, são aqueles que justificaram na altura os diferenciais de custos?

Uma outra justificação apontava para os elevados custos de manutenção.

Tivemos também ocasião de fazer estimativas sobre o assunto.

De acordo com os anteriores planos de pagamento que nos foram fornecidos, o valor total a pagar pela Odivelas Viva à instituição financeira rondaria os 38 M€.

O valor total a pagar pela CMO à Odivelas Viva rondaria os 63 M€. O diferencial situava-se, portanto, em cerca de 25 M€.

Retiremos a este montante os valores apresentados no plano de negócios referentes aos TOC, ROC, OUTROS FSE, Ordenado líquido, TSU EMPRESA, SEGUROS, IMI e IMPOSTOS, valores esses que somariam cerca de 2,6 M€.

Fica-se com um remanescente de cerca de 20 M€, de que uma parte significativa podia ser utilizada pelo privado para a manutenção dos equipamentos.

Estamos em crer que se pode igualmente pensar que os valores estimados para os custos de manutenção e conservação foram igualmente empolados, sendo forçoso concluir que, neste processo, o privado não assume riscos de nenhuma ordem. Isso é aliás refletido no ofício da IGF.

O fim da PPP, bem como a internalização dos serviços, é o corolário lógico de um caminho que nunca devia ter sido percorrido. Mas esse fim representa também uma derrota política das forças que decidiram, em conjunto, a formação desta parceria.

Fazendo as contas, conclui-se que com esta nova modalidade os danos financeiros para o Município são reduzidos em cerca de 9,3 M€.

Mas conclui-se também que o Grupo MRG vai arrecadar, para além dos 18,3 M€, mais 1,8 M€, totalizando 20,1 M€.

Em todo este processo parece haver um descontrolo sobre os custos. Se fossem exactos os valores apresentados pelo grupo MRG, seria forçoso concluir que estávamos perante uma estimativa grosseiramente inaceitável dos técnicos do Município. Não sendo assim, e apesar de algumas alterações aos projetos (sublinho a palavra projetos) temos que concluir que existe um empolamento exagerado de preços por parte da MRG.

Assim sendo, vemos com apreensão os valores de adicionais negociados, que atingem 1,8 M€.

Na realidade, a parte mais significativa desses adicionais reporta-se exatamente aos trabalhos que já tinham justificado a enorme disparidade entre as estimativas e os valores de adjudicação.

Sempre nos opusemos à PPP, sempre defendemos o seu fim com a consequente internalização dos serviços. Mas também sempre referimos que, em nosso entender, nesta renegociação não deveriam caber mais adicionais.

Em conclusão: lamentamos a existência dos presentes adicionais que nos impediram de, em consciência, votarmos favoravelmente a proposta em apreço, considerando contudo que o resultado desta extinção, renegociação e internalização são um factor importante de limitação dos danos causados ao município pela Parceria Público-Privada.

Odivelas, 26 de Fevereiro de 2018